

**QUE HORAS SÃO O JAPÃO? PROBLEMAS DE HISTORIOGRAFIA  
(INTERCULTURAL) COMPARATIVA**

**WHAT TIME IS JAPAN? PROBLEMS OF COMPARATIVE  
(INTERCULTURAL) HISTORIOGRAPHY<sup>1</sup>**

Sebastian Conrad<sup>2</sup>  
Freie Universität Berlin

Traduzido por  
Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron  
Marco Antonio Calil Machado<sup>3</sup>  
Maria Beatriz Correa Neves

**RESUMO:** Em vez de refletir sobre o processo de uma alegada “modernização” dos estudos históricos acadêmicos, uma comparação intercultural de historiografias deveria considerar como seu ponto de partida as origens europeias da história acadêmica. A razão, conforme argumenta este artigo, é que a genealogia europeia da disciplina de História continuou a estruturar interpretações do passado em países não europeus. No nível do método, mas também notadamente no nível das estratégias interpretativas, a “Europa” permaneceu como baliza para a explicação historiográfica. Este artigo usará o exemplo da historiografia japonesa do pós-guerra para mostrar que historiadores recorreram a um modelo europeu para transformar eventos aparentemente desconexos no passado japonês em uma narrativa histórica. Isso não supõe, no entanto, que a historiografia japonesa se apoiava passivamente em conceitos do discurso ocidental. Pelo contrário, os historiadores japoneses apropriaram-se e transformaram os elementos desse discurso com o propósito político de posicionar o Japão com relação à Ásia e ao “Ocidente”. Todavia, no nível epistemológico, a prioridade da “Europa” persistiu; a historiografia japonesa continuou sendo um “discurso derivativo”. Estudos de historiografia comparada, portanto, deveriam estar atentos aos traços de ascendência europeia da história acadêmica e privilegiar a história transnacional da historiografia a meditações sobre sua racionalização interna.

**ABSTRACT:** Rather than reflect on the process of an alleged “modernization” of historical scholarship, an intercultural comparison of historiography should take the European origins of academic history as its starting point. The reason, as this article argues, is that in non-European countries the European genealogy

---

<sup>1</sup> Texto publicado originalmente na revista *History and Theory*, v. 38, n. 1, p. 67-83, 1999.

<sup>2</sup> Freie Universität Berlin, Alemanha. Professor titular do Friedrich-Meinecke-Institut (sebastian.conrad@fu-berlin.de).

<sup>3</sup> Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. (zeron@usp.br); (marco.calil.machado@usp.br); (maria.neves@usp.br).

of the discipline of history continued to structure interpretations of the past. Both on the level of method, but more importantly on the level of interpretive strategies, “Europe” remained the yardstick for historiographical explanation. This article will use the example of postwar Japanese historiography to show that historians resorted to a European model in order to turn seemingly unconnected events in the Japanese past into a historical narrative. This is not to imply, however, that Japanese historiography passively relied on concepts from Western discourse. On the contrary, Japanese historians appropriated and transformed the elements of this discourse in the specific geopolitical setting of the 1940s and 1950s. This act of appropriation served the political purpose of positioning Japan with respect to Asia and the “West.” However, on an epistemological level, the priority of “Europe” persisted; Japanese historiography remained a “derivative discourse.” Studies in comparative historiography, therefore, should be attentive to these traces of the European descent of academic history and privilege the transnational history of historiography over meditations on its internal rationalization.

Oficiais da ocupação americana falavam do “Novo Japão” (*Shin Nihon*). Intelectuais japoneses, da mesma maneira, saudavam o advento de uma nova sociedade democrática. A capitulação militar em agosto de 1945 pareceu ter trazido à baila grandes mudanças que se estenderam a todas as esferas da sociedade. Entre os historiadores japoneses, um sentimento de mudança apareceu como uma certeza difundida de que o fim da guerra sinalizava o começo de um novo paradigma historiográfico. Depois de um período de nacionalismo fervoroso, diversos historiadores liberais e marxistas no Japão passaram a se distanciar da “contaminação” da historiografia pelo ultranacionalismo durante os anos de guerra. Almejavam substituir o que consideravam um instrumento não científico de propaganda militar por uma forma realmente racional de análise histórica. Para tanto, diversos historiadores publicaram manuais de história japonesa como ilustrações de sua nova abordagem. A maioria desses manuais enfatizava a importância de padrões metodológicos, os quais prometiam garantir verdade e objetividade. A história japonesa editada por duas organizações de historiadores, em sua maioria marxistas, a Associação de Cientistas Democráticos (*Minshu shugi kagakusha kyôkai*) e a Associação de Pesquisa Histórica (*Rekishigaku kenkyûkai*), pode prestar-se como um exemplo representativo da abundância de literatura introdutória. Dentre os dispositivos pelos quais se supunha garantir padrões rígidos da ciência da história (*rekishigaku*) estava um novo princípio de datação e periodização.

Porque o mundo contemporâneo tornou-se um, é inconveniente a somente nosso país empregar uma cronologia diferente. Outrossim, um entendimento cuidadoso do passado provar-se-á difícil sem o conhecimento do que aconteceu no mundo àquela

época. Portanto, as épocas da história do mundo devem doravante ser unificadas.<sup>4</sup>

Isso era claramente uma tentativa de introduzir universalidade nos estudos acadêmicos japoneses por via de uma racionalização de suas abordagens metodológicas. Tal tentativa foi acompanhada por “retificações” adicionais do que se pudesse contar como peculiaridades irracionais. Ao contrário dos usos japoneses, por exemplo, o manual era paginado da esquerda para a direita, com o texto seguindo horizontalmente.

Tais adendos ao cânone metodológico tinham por objetivo assegurar padrões comuns para o estudo da história japonesa. Para esse propósito, a matriz de regras e regulagens foi concebida para garantir a aplicação universal do método no processo de transformar qualquer passado (incluindo o passado japonês) em “história.” Durante a guerra, diversos historiadores enfatizaram o caráter único da história japonesa e apresentaram o Japão como centro geográfico de sua própria hegemonia. Então, após 1945, essa visão nipocêntrica foi abandonada, e em seu lugar um apelo pela perspectiva universal e histórico-global era onipresente. A universalidade, no entanto, augurava dispensar o local. Como se pode ver por nosso exemplo, a introdução de uma periodização universal supôs a exclusão de maneiras alternativas de demarcar o tempo histórico. Nesse processo, a prática de datação pelos nomes dos reinados japoneses foi substituída pelo calendário gregoriano. A data do nascimento de Jesus Cristo e a sucessão das eras antiga, medieval e moderna passaram a servir à estruturação das cronologias da história japonesa em vez da sucessão dinástica da monarquia japonesa.

## I Histórias transnacionais da historiografia

Este exemplo poderá servir para nos lembrar da estrutura profunda subjacente, a qual definiu o desenvolvimento da historiografia em muitos países não europeus. Qualquer comparação de diferentes tradições nacionais de escritura histórica deve levar em conta o fato de que não estamos lidando com desenvolvimentos independentes de um paradigma universal de objetividade histórica.

No Japão, o conceito ocidental de ciência da História – na acepção de *Geschichtswissenschaft* (traduzida ao japonês como *rekishigaku*) – foi adotado na década de 1880 no contexto da formação do Estado nacional e das tentativas de afastar as invasões imperialistas ocidentais.

Em 1887, o governo japonês indicou um jovem discípulo de Leopold von Ranke, o historiador alemão Ludwig Riess em seus 26 anos de idade, e encarregou-o de institucionalizar a História como disciplina na Universidade Imperial de Tóquio. Uma faculdade de História foi inaugurada no mesmo ano, e uma revista científica chamada *Shigaku zasshi* foi fundada em 1889, ambas

---

<sup>4</sup> *Nihon no rekishi*, ed. Minshu shugi kagakusha kyôkai, Rekishigaku kenkyûkai (Tokyo, 1949), p. 5. Dos autores constam historiadores renomados como Ishimoda Shô, Izu Kimio, Inoue Kiyoshi, Eguchi Bokurô, Toma Seita, Tôyama Shigeki, Nagahara Keiji, Hayashi Motoi e outros muitos.

seguindo o modelo alemão.<sup>5</sup> Assim, a institucionalização da História não foi tanto um processo de racionalização, mas um processo de incorporação, adaptação e exclusão.<sup>6</sup>

A História como disciplina acadêmica, em outras palavras, foi exportada desde a Europa a países não europeus no processo da expansão imperialista, e suas respectivas historiografias ainda detratam aquela origem. Comparando tradições historiográficas, portanto, não podemos ignorar o fato de que não estamos comparando entidades separadas, mas estamos lidando com um complexo processo de interação e adaptação.

A comparação intercultural de historiografias conseqüentemente não deveria concentrar-se na busca do desenrolar inerente e interno de uma racionalidade específica para a empresa historiográfica. Em vez disso, tal comparação deve estar atenta aos traços que traem a origem europeia/ocidental da historiografia não europeia. Tais traços testemunham a genealogia que prescreveu a “Europa” como norma universal de ambos: o método historiográfico e o desenvolvimento histórico. Faz-se aqui um apelo, em outras palavras, pela prioridade de uma *história* transnacional da historiografia acerca de especulações sobre sua lógica supostamente universal.

No que segue, tentarei ler a historiografia japonesa do pós-guerra a contrapelo dessa história. Nos trabalhos de historiadores do pós-guerra, pode-se ainda detectar as raízes importadas de uma disciplina dependente da Europa como modelo. Essa prioridade continuada pela Europa manifesta-se de duas maneiras: como se pode ver no exemplo supracitado acerca da questão da periodização, a historiografia japonesa do pós-guerra seguiu a precedência metodológica dos estudos superiores europeus. As regras de evidência, o tratamento das fontes e outros padrões de abordagem metodológica emergiram como resultado de uma profissionalização da disciplina na Europa. Tais padrões foram então considerados universais e conseqüentemente aplicados também ao estudo da história japonesa. Mais fundamental ainda foi o fato de que, no nível da interpretação, a Europa também reteve certa precedência sobre a história japonesa.

Às páginas a seguir preocupa a prioridade hermenêutica do Ocidente. Para transformar um número de ocorrências em uma narrativa histórica coerente, os historiadores japoneses com frequência recorreram a modelos de desenvolvimento encontrados no passado europeu. A historiografia japonesa, portanto, replicou essencialmente os esquemas desenvolvimentistas observados noutro lugar e noutro tempo. Ao meu argumento não preocupam somente a história e a historiografia japonesas, mas também a questão mais geral do impacto da “Europa” em histórias não europeias. Minha tese será de que a “Europa” não só designava a origem geográfica da historiografia moderna, mas manteve-se como o primeiro modelo para toda e qualquer interpretação. Qualquer comparação entre a historiografia europeia e suas homólogas não

<sup>5</sup> Para a fundação da disciplina, ver Ienaga Saburô, *Nihon no kindai shigaku* (Tokyo, 1957); Ôkubo Toshiaki, *Nihon kindai shigaku no seiritsu*, Ôkubo Toshiaki rekishi chôsakushû 7 (Tokyo, 1988); Margareth Mehl, *Historiography and the State in Nineteenth-Century Japan* (New York, 1998); *Tokyo daigaku hyakunenshi*, ed. Tokyo daigaku hyakunenshi henshûinkai. Bukyokushi 1 (Tokyo, 1987).

<sup>6</sup> Ver Sato Masayuki, *Historiographical Encounters: The Chinese and Western Traditions in Turn-of-the-Century Japan*, *Storia della Storiografia*, n. 19, p. 13-21, 1991.

européias carece de se estar atento à relação constitutiva entre as duas. Como evidência empírica, valho-me da historiografia japonesa das décadas de 1940 e 1950, focando particularmente nos trabalhos dos “modernistas” (*kindai shugisha*), representados por historiadores como Ôtsuka Hisao.

## II Modernidade incompleta

Depois da derrota militar e da subsequente ocupação americana em 1945, o campo da historiografia japonesa, bem como a sociedade japonesa em seu todo, passaram por mudanças imediatas e minuciosas. A maior parte das versões da história japonesa caiu em descrédito; os expurgos aliados eliminaram seus mais proeminentes representantes das universidades. As encantações de supremacia japonesa do período de guerra não tinham espaço no âmbito discursivo do debate público orientado pela ocupação. Em vez disso, a recém-suprimida tradição marxista de estudos acadêmicos históricos emergiu como o mais convincente exemplo de uma historiografia que não estava sujeita à instrumentalização ideológica do Estado nacionalista.

Alguns anos após o fim da guerra, portanto, a historiografia acadêmica japonesa foi pesadamente dominada pelo materialismo histórico. As interpretações mais poderosas da história moderna do Japão foram formuladas com inclinação marxista, e logo a seguir a maioria dos historiadores subscreveu-se às categorias de explicação e à abordagem metodológica daqueles primeiros. Em tal específico estado de coisas, o grupo de historiadores associados à Ôtsuka Hisao emergiu como uma das mais influentes alternativas ao reinado do marxismo. Ôtsuka (1907-1996) e seus colegas da Universidade de Tóquio não romperam completamente com o materialismo histórico. Em vez disso, introduziram a metodologia de Max Weber para compensar o que percebiam como impropriedades da ortodoxia marxista. Em breve a fusão entre Marx e Weber liderada pela escola de Ôtsuka estabeleceu-se como um dos paradigmas líderes na historiografia japonesa.

Não se pode negar que os historiadores da escola de Ôtsuka são particularmente conhecidos por suas análises da história europeia. Na verdade, os estudos de Ôtsuka do capitalismo inglês, os trabalhos de Takahashi Kôhachirô acerca da Revolução Francesa e as pesquisas de Matsuda Tomoo em torno das peculiaridades da modernização prussiana a uma só vez definiram a problemática da história moderna e limitaram o escopo dos padrões de argumento válidos.<sup>7</sup> Contudo, a sondagem assim prioritária da história europeia serviu como base para uma interpretação da própria sociedade japonesa; sua

---

<sup>7</sup> Trabalhos representativos da escola de Ôtsuka incluem: Matsuda Tomoo, *Kindai no shiteki kôzôron* (Tokyo, 1948); Takahashi Kôhachirô, *Kindai shakai seiritsu shiron* (Tokyo, 1947); Takahashi Kôhachirô, *Shimin kakumei no kôzô* (Tokyo, 1950); Ôtsuka Hisao, *Kindai shihon shugi no keifu keizashi kôza. Hôkensei kara shihon shugi e no ikô*, Ôtsuka Hisao, Takahashi Kôhachirô e Matsumoto Akira (orgs.), 5 vol. (Tokyo, 1960-1962). Para a história da escola de Ôtsuka, ver também Matsumoto Akira, *Sengo rekishigaku to Ôtsuka shigaku, Rekishi Hyôron*, 542 (1995), p. 52-59. Para o contexto da historiografia japonesa do pós-guerra, ver Nagahara Keiji, *Rekishigaku Josetsu* (Tokyo, 1978) e Tôyama Shigeki, *Sengo no Rekishigaku to Rekishi ishiki* (Tokyo, 1968).

história pode ser vista como o verdadeiro foco de sua preocupação com o passado europeu.

Portanto, a extensa pesquisa da escola de Ôtsuka acerca da Europa do século XVIII não foi de modo algum uma empresa autossuficiente; ao contrário, o curso do passado europeu parecia acarretar um entendimento da história japonesa. Uma vez que a transição rumo ao capitalismo moderno e à sociedade civil foi compreendida como uma tarefa universal que toda nação estava programada a seguir e que a Europa Ocidental já havia levado a cabo com sucesso, o estudo da Europa prometia revelar as possibilidades de desenvolvimento futuro ao Japão. Desse modo, ao analisar a Revolução Francesa ou o capitalismo inglês primitivo, os historiadores da escola de Ôtsuka implicitamente geravam também proposições acerca da história japonesa. O Japão, assim, foi figurado como o Outro não visto da história europeia. Takahashi Kôhachirô, historiador da França pela Universidade de Tokyo, explicou tal relação no prefácio a um volume acerca da história econômica europeia por ele editado em 1947. Essa coleção tinha por objetivo analisar “a emergência da estrutura do mundo moderno na Europa Ocidental”, uma vez que tais estruturas “encarnavam as etapas de desenvolvimento da história do mundo (história universal) em sua forma ‘pura e clássica’”.

O foco de atenção não era tanto a Europa, senão as leis universais governando todas as Histórias; por extensão, a modernidade japonesa era o projeto oculto dos estudos de Europa da escola de Ôtsuka. “Mesmo se lidarmos com tal problema somente de maneira hipotética, é possível reivindicar que, desde a perspectiva dos estágios europeus clássicos de desenvolvimento, podemos deduzir um novo ponto de vista para a análise da sociedade japonesa igualmente”. Os estudos de Takahashi forneceram a “análise das condições concretas necessárias para a marcha adequada do Japão no caminho da história do mundo (*sekaishi no shinkô*)”<sup>8</sup>.

Central ao projeto científico da escola Ôtsuka foi a análise da transição do feudalismo ao capitalismo moderno na Europa ocidental. A emergência da sociedade civil moderna, a qual parecia não ter tido sucesso no Japão, tornou-se então a preocupação principal de sua historiografia da Europa. Ôtsuka, ele próprio, lidou com a formação do capitalismo primitivo em seus estudos extensos da Inglaterra seiscentista. À esteira de uma interpretação weberiana das categorias introduzidas por Marx, Ôtsuka analisou o que para ele pareciam duas rotas competindo rumo ao capitalismo industrial. Uma dessas alternativas era o famigerado caminho “mercantil”, pelo que Ôtsuka designava a acumulação de capital pelo comércio. Porém, para Ôtsuka, o caminho “mercantil” não estava associado a qualquer importância revolucionária.

<sup>8</sup>Takahashi, *Kindai shakai seiritsu shiron*, 1, p. 16-17. Ver também Ôtsuka Hisao, *Shogen. Wareware wa hôkensei kara shihonshugi e no idô katei o dono yô ni mondai to suru ka*, in Ôtsuka, Takahashi, Matsuda, *Seiyô keizaishi*, I, p. 1-44, aqui p. 3-4. Okada Tomoyoshi resumiu o drama de consciência do grupo Ôtsuka-Takahashi conforme a seguir: “Eles tentaram esclarecer o padrão clássico do processo de formação do capitalismo moderno, ou o da modernização da sociedade, na história da Europa Ocidental moderna, de modo a descobrir um critério de pesquisa na estrutura específica do capitalismo japonês. Em suma, sua maior tarefa era empreender a crítica do Japão moderno pelo estudo da história europeia moderna”. Ver Comité Japonais des Sciences Historiques, *Le Japon au XIe Congrès International des Sciences Historiques à Stockholm: L'État et les tendances des études historiques au Japon* (Tokyo, 1960), p. 428.

A classe mercantil primitiva, em sua busca por lucro, ainda dependia inteiramente de estruturas motivacionais pré-modernas. O único caminho, completo e revolucionário ao capitalismo moderno, segundo Ôtsuka, era a acumulação de capital nas mãos de uma classe média capitalista primitiva. Em sua extensa pesquisa acerca dos primórdios da modernidade na Inglaterra, Ôtsuka identificou a *yeomanry* independente como a força motriz detrás desse desenvolvimento. Somente após os produtores de classe média terem podido superar a resistência de um estrato de mercadores ricos, fizeram-se possíveis o livre comércio e a diferenciação capitalista de empresários e trabalhadores assalariados.<sup>9</sup>

Segundo tal matriz desenvolvimentista, a modernização do Japão só poderia ser classificada como retrógrada e incompleta. Em comparação aos *yeomen* independentes e às classes médias rurais na Inglaterra seiscentista, as quais se elevaram devido ao “seu caráter moderno, em outras palavras, democrático [...] ao papel de sujeito e agente da sociedade moderna”, o campesinato japonês não teve sucesso algum em completar sua tarefa histórica. Havia uma marcada “diferença entre as forças produtivas agrárias na Inglaterra e em nosso país – e em termos mais gerais, entre o Ocidente e o Oriente”. A razão para tal retrocesso, na visão de Ôtsuka, repousaria não em diferenças geográficas ou étnicas, mas na emergência de um certo tipo de espírito capitalista em linhas weberianas. Não foram, portanto, fatores puramente econômicos que contribuíram com os aspectos pré-modernos da história japonesa (como dizem os marxistas japoneses); em vez disso, Ôtsuka localizou a essência da modernidade na dimensão superestrutural do desenvolvimento capitalista<sup>10</sup>.

Tal percepção levou à descrição da sociedade japonesa moderna como caracterizada pelas estruturas sociais feudais e pré-modernas, as quais impediram seriamente a emergência de um espírito capitalista. No Japão, segundo Ôtsuka, relações sociais paternalistas persistiram via um *ethos* paternalista (*oyagokoro*):

Espera-se de nossos superiores em capacidade de liderança terem a autoridade de pais. O vulgo, ou os subordinados, devem obedecer a tal autoridade. Os líderes que têm tal autoridade de pais demonstram “amor e piedade” aos subordinados, os quais obedecem àqueles. De qualquer forma, segundo tal padrão, trata-se as pessoas como imaturas. De fato [...] considera-se ser imaturo uma virtude [...] [Portanto,] pode-se dizer que as pessoas de nosso país não têm *auto-nomia* (*jihatsusei*).<sup>11</sup>

Esse argumento situava a principal deficiência não no solo ou no sangue japonês ou em uma falta inerente na produtividade econômica, mas nas mentes do povo japonês. Nem a geografia, nem a etnicidade, mas a cultura japonesa era

<sup>9</sup> Ôtsuka Hisao, *Kindai Ôshû keizaishi josetsu* (Tokyo, 1944); Ôtsuka, *Kindai shihon shugi no keifu*.

<sup>10</sup> Ôtsuka Hisao, *Seisanryoku ni okeru tōyō to seiyō. Seiō hōken nōmin no tokushitsu*, em *Ôtsuka Hisao Chosakushū* 7, p. 246-258, aqui p. 248, 255.

<sup>11</sup> Ôtsuka Hisao, *Jiyū to dokuritsu*, em *Ôtsuka Hisao Chosakushū* 8, p. 176-178, aqui p. 177. Tradução inglesa citada de J. Victor Koschmann, *Revolution and Subjectivity in Postwar Japan* (Chicago, 1996), p. 160.

o ponto pivô por sobre o qual a modernidade se articulava. Segundo Ôtsuka, foi devido também aos padrões despóticos e pré-modernos de dominação que um *ethos* empresarial não se desenvolvera ainda no Japão. Portanto, a modernização japonesa seguiu o “caminho mercantil” de acumulação de capital e não teve sucesso em embarcar em um revolucionário “caminho de produtor”.

As consequências históricas de tal desvio inicial foram o absolutismo e o fascismo. Somente uma revolução cultural de algum tipo, a adoção do que Ôtsuka cunhou como o “tipo humano moderno” (*kindaiteki ningen ruikei*), prometia levar o Japão de volta ao caminho certo do desenvolvimento. O que se fazia necessário era

[...] autonomia interna, racionalidade, consciência de solidariedade social e [...] uma ênfase realista sobre a vida econômica. [...] [Quando] se molda uma porção decisiva do povo em tal tipo humano moderno, os resultados serão produtividade moderna e potencial de construção organizacional, junto da formação endógena de um regime democrático.<sup>12</sup>

### III Temporalização do espaço

Por assim dissociar modernização das condições geográficas e, ao invés a essas, conectá-la à cultura, Ôtsuka lançou mão de um padrão específico de explicação. Diferenças entre o Japão e o Ocidente não foram atribuídas às constantes restrições de geografia e etnicidade, mas eram vistas como sujeitas à mudança na história. O Japão, assim, não estava destinado eternamente a ocupar uma posição subalterna na história do mundo. O otimismo político que os trabalhos de Ôtsuka transmitiam era a tradução do *gap* de modernização entre a Europa e o Japão em uma mera diferença de tempo.

Chamarei tal estratégia, que transformava diferenças econômicas e políticas entre Oriente e Ocidente em um lapso de tempo, pelo nome de “temporalização do espaço”. Por tal termo refiro-me a um modo de explicação histórica que fundava diferenças entre regiões do mundo como diferenças de progresso temporal segundo um caminho universal de desenvolvimento. Segundo esse esquema, todas as Histórias foram mapeadas no mesmo eixo temporal universal e linear. A cada sociedade foi repartido o potencial para modernização endógena segundo o caminho universal. Tal sistema de coordenadas supostamente “objetivo,” portanto, permitia ao historiador julgar histórias nacionais em uma escala comum. As diferenças entre dois países e regiões significava simplesmente que eles ocupavam pontos diferentes no “tempo” interpretados como progresso linear. Todas as diferenças percebidas foram então racionalizadas e atribuídas meramente à velocidade diferente dentro de um desenvolvimento que a princípio era análogo.

Em um contraste marcado por uma retórica essencialista anterior, a qual agora se dava a ver contaminada com racismo, a estratégia de “temporalização do espaço” deu margem para a análise aparentemente desinteressada e

---

<sup>12</sup>Ôtsuka Hisao, *Jiyû to dokuritsu*, p. 184; tradução inglesa citada de Koschmann, *Revolution and Subjectivity*, p. 161.

científica de processos históricos. Não mais o “caráter do povo,” mas, em seu lugar, o tardio momento de “decolagem” na estrada partilhada rumo à modernidade foi tida como responsável pela disparidade de desenvolvimento. Todo um vocabulário de relações temporais foi desenvolvido, transformando História em Cronometria. Assim, as diferenças não se deviam a uma falta inerente; em vez disso, o retrocesso supôs meramente que *ainda não* se entrou no próximo estágio de desenvolvimento; tirar o atraso era uma questão de tempo.

Em certo sentido, traduzir relações espaciais em modos de tempo supunha a emancipação da História não europeia. Toda nação poderia contar com sua própria modernidade, reduzindo-se as diferenças a uma questão de se ter chegado “antes” ou “depois”. Tal operação, entretanto, não questionou duas fundações básicas da historiografia: por um lado, a direção tomada pela História não estava aberta a discussão; o “Ocidente” aparecia como o *telos* natural de toda história não europeia. Isso parecia suficientemente plausível à luz da ordem política do mundo depois da Segunda Guerra Mundial, mas também era resultado da problemática weberiana a guiar os esforços de Ôtsuka, preocupada com descobrir as razões da singularidade da Europa – uma singularidade raramente questionada no percurso da pesquisa. Por outro lado, o meio pelo qual se tapasse a lacuna histórica entre sociedades também estava predeterminado; à moda weberiana, Ôtsuka procurou e achou a causa de todas as diferenças sociais e econômicas na esfera da cultura – consequentemente, a modernização de tal cultura sob os auspícios ocidentais aparecia como precondição de uma modernização da sociedade.

O modo de pensar que aqui nomeio “temporalização do espaço” marcou um deslocamento significativo na função da “Europa” no discurso histórico. É certo que a historiografia japonesa da Europa desde o final do século XIX apresentara o “Ocidente” como um modelo para o Japão imitar. O cume de tal vontade de aprender com o Ocidente foi a demanda metafórica de Fukuzawa Yukichi (1835-1901) para o Japão “deixar a Ásia” (*datsu-a*).<sup>13</sup> A história da “modernização” do Japão, ademais, foi estruturada por uma importação sistemática do Ocidente: tecnologias e bens de consumo, mas também instituições como os correios, o sistema educacional ou a constituição foram introduzidas no Japão seguindo o exemplo europeu.<sup>14</sup>

O progresso japonês, dessa perspectiva, supunha inevitavelmente adotar formas europeias. Mas no contexto discursivo do Japão pós-guerra, tal conceito de posicionar o Japão em relação à história europeia foi invadido pelo mecanismo intrincado de “temporalização do espaço”. Retendo o impulso geral da abordagem comparativa, a lógica do argumento de Ôtsuka mudara decisivamente: o imperativo agora não era importar as realizações inglesas, mas criar novas condições que fomentassem o progresso na sociedade japonesa. Em outras palavras, ao passo que a Europa servira até aquele momento de modelo a se imitar, ela então passou a figurar como um marcador que indicava aonde o

---

<sup>13</sup>Fukuzawa Yukichi, *Datsua ron*, em *Fukuzawa Yukichi zenshû 10* (Tokyo, 1960), p. 238-240. Fukuzawa, ele mesmo como o acadêmico representante do iluminismo japonês, acreditava na capacidade indígena de modernizar-se. Sua renomada frase, no entanto, foi frequentemente usada para promover importações de larga escala do Ocidente.

<sup>14</sup> Para um panorama, ver D. Eleanor Westney, *Imitation and Innovation: The Transfer of Western Organizational Patterns to Meiji Japan* (Cambridge, Mass., and London, 1987).

curso da história do mundo levaria o Japão. A tarefa histórica, portanto, não era incorporação ou empréstimo cultural, mas acelerar o passo, ser realmente contemporâneo.

Vistos assim, o Japão e a Europa diferiam não em termos de realizações, mas em termos de tempo. Nada havia de paradoxal, portanto, quando Ôtsuka comparou o Japão do pós-guerra com a sociedade inglesa seiscentista. Ele considerava a dissolução do feudalismo inglês e a destruição do *ancien régime* no Japão do pós-guerra procedimentos equivalentes na história do mundo.<sup>15</sup> Em certo sentido, o Japão em 1945 estava três a quatro séculos atrasado. Esse *topos* de “retrocesso” (no sentido temporal) foi quase onipresente no discurso histórico do Japão do pós-guerra. E tal lapso temporal não era exclusivamente uma tópica da história moderna: Inoue Kiyoshi, por exemplo, era da opinião de que já nos primórdios da civilização, o Japão – comparado a Roma ou à Grécia – estivera alguns milênios atrasado.<sup>16</sup> Os clamores frequentes pela introdução de um calendário ocidental unificado nos estudos acadêmicos históricos no Japão pós-guerra eram também testemunho não tanto da vontade de ser europeu, mas de ser coevo.<sup>17</sup>

#### IV A “realidade subjacente” da história japonesa

A estratégia de “temporalização do espaço” deu aval à avaliação geral do passado não europeu em termos europeus. As leis da história do mundo não foram consideradas produtos da Europa, mas universais; acontecia simplesmente que sua mais pura e clara encarnação pode ser encontrada no passado europeu. O modo comparativo dos estudos acadêmicos históricos deu aval aos historiadores para distinguirem desenvolvimentos “retrógrados” e “progressivos,” sempre medidos com respeito a uma Filosofia da História abrangente. No processo de negociar peculiaridades japonesas com tendências gerais, no entanto, a “necessidade” histórica – constantemente reiterada na historiografia japonesa no pós-guerra – detratava sua origem europeia. As proclamadas “leis do desenvolvimento” eram elas próprias a extrapolação teórica da experiência europeia.

Ernest Laclau e Chantal Mouffe analisaram uma priorização similar da Europa em sua crítica da Filosofia da História marxista. Sua análise aplica-se não somente ao marxismo, mas mais amplamente à aplicação de modelos europeus a passados não europeus em que “modernistas” japoneses como Ôtsuka participaram. O tipo de marxismo com que Laclau e Mouffe lidam parece em muitos aspectos uma forma primitiva de teoria de modernização e suas conclusões, portanto pode nos servir aqui de guia. Na prática da historiografia, a prioridade epistemológica da Europa pareceu fazer-se “necessária a distinção entre uma *superfície* ou aparição da sociedade e uma *realidade subjacente* a que o sentido último de toda presença concreta deva

<sup>15</sup>Ôtsuka, *Seisanryoku ni okeru tōyō to seiyō*, p. 248, 255. Ver também Victor J. Koschmann, *Kiritsuteki kihan to shite no shihonshugi no seishin*, em *Sōryokusen to Gendaika*, Yamanouchi Yasushi, Victor J. Koschmann e Narita Ryūichi (orgs.) (Tokyo, 1995), p. 119-140.

<sup>16</sup>Inoue Kiyoshi, *Nihon no rekishi* (Tokyo, 1963), I, p. 1.

<sup>17</sup>*Nihon no rekishi*, Minshushugi kagakusha kyōkai/Rekishigaku kenkyūkai (orgs.), p. 2.

referir-se”. Eventos particulares deviam ser mapeados em relação a uma “verdade mais profunda”, a qual existia independentemente – e alhures.

Isso também era verdadeiro para historiadores japoneses. Tomando emprestadas as palavras de Laclau e Mouffe, era patente que “os fenômenos sociais de seu país eram símbolos de um texto, o qual os transcendia e não estava disponível para uma leitura completa e explícita senão para o Ocidente capitalista”.<sup>18</sup> Segundo tal lógica, colapsar as diferenças espaciais em diferenças temporais também supunha que a Europa não só era o protótipo, mas também fornecia o enquadramento de tempo com que se compreendesse a história japonesa. Tal constelação por acaso permitiu penetrar no sentido mais profundo por detrás das demandas supracitadas de aceitar o calendário universal. Os eventos no passado japonês que não revelassem imediatamente seu verdadeiro sentido ao inocente observador eram elevados à importância histórica só quando comparados à história europeia. A história japonesa, em outras palavras, somente fez sentido por lentes europeias.

Podemos observar tal mecanismo no tratamento por Ôtsuka das reformas do pós-guerra impostas em 1945-1946 pela ocupação militar americana. Tais reformas foram concebidas como um catalisador para o desenvolvimento de um Japão moderno. Modernizando instituições estatais e superando vestígios feudais na estrutura social, tais reformas – culminando na constituição democrática – tinham por objetivo eliminar a base social do autoritarismo e do fascismo. Ôtsuka enalteceu de forma extravagante as “reformas magníficas”, as quais, “durante o *ancien régime*, não pareciam possíveis nem em sonho”. Foi em particular a política de reforma agrária e a libertação camponesa o que Ôtsuka considerava uma conquista revolucionária.

Para explicar o significado histórico dessas intervenções ele teve de deduzir seu sentido lançando mão da história da Europa. “Deve parecer difícil compreender que [...] uma reforma agrária completa e a libertação camponesa teria enorme impacto na reconstrução pacífica, democrática e, sobretudo, econômica de um ‘Novo Japão.’” Como resultado do curso tortuoso da história japonesa, a importância de tais reformas – “ao menos para nós japoneses” – foi surpreendentemente difícil de compreender, embora seu sentido “revelasse a si próprio imediatamente tão logo levemos em conta o desenvolvimento da história europeia ocidental, sobretudo a inglesa e americana”.<sup>19</sup>

Um estudo da história socioeconômica europeia, portanto, parecia ser pré-requisito necessário para o mapeamento adequado do passado japonês. A Europa não era o único modelo a se seguir, mas revelava muito claramente aonde o caminho da história do mundo, ao fim e ao cabo, também levaria o Japão.

Se podemos seguir o que a evidência histórica nos revela, então pensamos que a formação da sociedade moderna (as forças produtivas modernas) será mais rápida e acertada em seu curso normal, seus frutos os mais gloriosos, tanto mais completo e

---

<sup>18</sup> Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, *Hegemony & Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (London and New York, 1985), p. 22-24.

<sup>19</sup> Ôtsuka Hisao, *Keizai saikenki ni okeru keizaishi no mondai*, em Ôtsuka Hisao Chosakushû, n. 4, p. 321-326, aqui p. 321-322.

perto do padrão típico de reforma agrária e libertação camponesa se as leve a cabo.

A análise histórica demonstrava que se na Europa Ocidental tal processo havia sido “mais eficaz e próximo do tipo ideal,” na Europa Oriental “a emergência da sociedade moderna não foi somente tardia e estagnada, mas seu sucesso foi em si deficiente, e devido a tais limitações resquícios de antigamente puderam sobreviver por toda parte e continuamente”.<sup>20</sup> Ôtsuka pôde explicar o significado de uma reforma agrária completa para a modernização japonesa pela diferenciação entre um tipo “ocidental” e um “oriental”, e então por adequar a história japonesa a esse paradigma geral. Como Laclau e Mouffe notaram, em tal perspectiva “a compreensão de um evento real só se presta a [o] identificar como um momento na sucessão temporal, a qual é fixada *a priori*”.<sup>21</sup>

Somente por esse subtexto europeu a história japonesa foi carregada com significado. Eventos aparentemente desconexos na história japonesa fizeram sentido somente quando suplementados por uma indexação europeia. A percepção de que “de uma perspectiva de história do mundo a reforma agrária e a libertação camponesa formassem uma base social e uma força motriz histórica por detrás da emergência da sociedade moderna” parecia possível somente por um mapeamento comparativo da experiência europeia.<sup>22</sup> Para Ôtsuka, isso não supunha transformar a política japonesa em um seguidor cego de precedentes europeus. A tipologia sugerida da história europeia não “forçou nosso país [...] em um modelo procustiano” de desenvolvimento histórico. Todavia, a importância da reforma agrária como um ponto de virada era inegável: tais reformas eram “um estágio de transição obrigatório”, um “fato geral” das leis da história do mundo, e diante de tal lei “não há nem Oriente nem Ocidente”.<sup>23</sup>

As regularidades, assim, pareciam dever-se ao caráter necessário da História, a qual não se referia “nem [ao] Oriente nem [ao] Ocidente”: os traços de indexação geográfica da Filosofia da História subjacente foram sistematicamente apagados. Mesmo quando o Ocidente sensivelmente interferia na evolução da história japonesa, os historiadores tinham dificuldades em reduzir essa influência estrangeira ao papel de mero catalisador em um processo histórico predeterminado. Quando Takahashi Kôhachirô, o qual era junto de Ôtsuka uma das figuras principais da “escola de Ôtsuka,” avaliou a reforma agrária do período da ocupação pós-guerra, ele chegou a conclusões similares às de Ôtsuka. Também para Takahashi a reforma agrária marcava um histórico divisor de águas e prometia transformar o Japão de uma sociedade feudal a uma moderna. Tal momento decisivo no curso da história japonesa estava intimamente conectado à intervenção americana na política japonesa. Takahashi mesmo citou o comandante supremo das Forças Aliadas e, deste, a ordem de 1945 ao governo japonês para “remover obstáculos econômicos à retomada e ao fortalecimento de tendências democráticas, estabelecer respeito à dignidade do homem e destruir a dependência econômica que escravizava o

<sup>20</sup>Ôtsuka, *Keizai saikenki*, p. 324.

<sup>21</sup> Laclau e Mouffe, *Hegemony*, p. 21.

<sup>22</sup>Ôtsuka, *Keizai saikenki*, p. 323.

<sup>23</sup>Ibid., p. 326.

agricultor japonês há séculos de opressão feudal”.<sup>24</sup> A transição do feudalismo à modernidade, portanto, fora conduzida “pelas mãos do exército de ocupação,” como dizia Ôtsuka.<sup>25</sup>

Para Takahashi, a função americana no processo de reforma não supunha que a história japonesa começara a seguir o curso europeu. Não obstante as atividades americanas no pós-guerra, o caminho de desenvolvimento, segundo a visão de Takahashi, seguiu as necessidades e as regularidades da história do mundo. O comandante supremo das Forças Aliadas, em outras palavras, não era senão mera parteira da História. “Não é preciso dizer que esta reforma agrária fez-se necessária pelas contradições históricas e estruturais inerentes do sistema fundiário peculiar ao capitalismo japonês; conseqüentemente, não se pode explicá-la por qualquer tipo de pressão do exterior”.<sup>26</sup> A “necessidade” a que Takahashi se referia não era considerada resultado das dinâmicas de poder – as reformas americanas durante o período da ocupação –, mas a emanação da História.

## V Apropriações do discurso ocidental

O passado japonês foi, assim, consistentemente inscrito em uma narrativa que reiterava a história da Europa. Os estágios de desenvolvimento e os mecanismos de modernização foram definidos por uma abstração da experiência europeia ocidental. A significância de qualquer acontecimento fora construída *a priori*, antes de sua interpretação no contexto japonês. Desde essa perspectiva, “apenas a Europa [...] é *teoreticamente* cognoscível; todas as outras histórias eram questões de pesquisa empírica que ratificavam um esqueleto teórico que é substancialmente a ‘Europa’”.<sup>27</sup> Quando os fatos não mediados do passado japonês foram moldados em “história,” as estruturas do enredo foram derivadas de uma leitura específica dos eventos na Europa. Foi apenas por tal correlação do passado japonês e da história europeia que dados desconexos foram elevados ao *status* de narrativa histórica. Eventos aparentemente disparatados foram investidos de significado histórico somente pela referência a termos e categorias associados à história da Europa (modernidade, progresso, revolução).

Contudo, tal lógica não necessariamente supõe que o Japão se reduziu eternamente ao papel de objeto passivo da epistemologia europeia. Embora o campo discursivo tenha sido definido pela prática do “Orientalismo”,<sup>28</sup> a Europa não monopolizou a posição de sujeito enunciativo, transformando o Japão no ingênuo beneficiário da hegemonia europeia. O processo de apropriação foi

---

<sup>24</sup>Takahashi Kôhachirô, La place de la révolution de Meiji dans l’histoire agraire du Japon, *Revue Historique*, n. 428 (1953), p. 229-270, aqui 270.

<sup>25</sup> Ôtsuka, *Keizai saikenki*, p. 321.

<sup>26</sup>Takahashi, La place de la révolution de Meiji, p. 270.

<sup>27</sup> Dipesh Chakrabarty, Provincializing Europe: Postcoloniality and the Critique of History,” *Cultural Studies*, n. 6 (1992), p. 337-357, aqui 338.

<sup>28</sup> Para o conceito de “Orientalismo,” ver Edward W. Said, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (São Paulo, 1996 [1978]). Ver também John M. MacKenzie, The ‘Orientalism’ Debate em MacKenzie, *Orientalism: history, theory and the arts* (Manchester, Eng., 1995), p. 1-19, Robert Young, *White mythologies: writing history and the west* (Londres, 1990), p. 119-140.

muito mais complexo e ambivalente, eventualmente dobrando-se sobre si próprio. Ao inscrever eventos especificamente japoneses em enredos teóricos da história europeia, os historiadores japoneses rearticularam tais narrativas dadas *a priori*, que no processo poderiam ser subitamente realocadas. Qualquer intervenção discursiva reproduziu as balizas fundamentais das teorias históricas europeias, ao passo que evocando um deslocamento desses mesmos princípios.

Tal mecanismo pode ser ilustrado pelo exame da localização do “Oriente” na historiografia japonesa moderna. A noção de “Oriente” como inerentemente estagnado e retrógrado ficara por muito tempo inquestionada no discurso ocidental. Nas palavras de Edward Said: “Visto como primitivismo, antiquíssimo antítipo da Europa, noite fecunda a partir da qual se desenvolveu a racionalidade europeia, o Oriente, na verdade, retrocedia inexoravelmente para uma espécie de fossilização paradigmática.”<sup>29</sup> Bem como no marxismo, a problematização de um “modo de produção asiático” específico, caracterizado pela imobilidade social, fomentou a necessidade de transformar tais imagens em teoria.

Na academia japonesa, tais pretensões “orientalistas” (na acepção de Said) foram reproduzidas e ao mesmo tempo apropriadas de maneira característica. Aderindo a categorias gerais do pensamento europeu, entre elas o conceito de um “Oriente” retrógrado, os historiadores japoneses preocupavam-se com a dissociação do Japão deste mesmo “Oriente.” Consequentemente, toda uma disciplina foi configurada para lidar com a história oriental (*tôyôshi*). *Tôyôshi*, contudo, não incluía a história do Japão, mas servia para representar a China e a Coreia como o “oriente do Japão”.<sup>30</sup> Tal estratégia não se confinava a historiadores do leste asiático, mas atravessava o discurso japonês no século XX. Usarei aqui como exemplo as discussões acerca da história chinesa na obra do cientista político Maruyama Masao.

Maruyama (1914-1996) foi um dos mais proeminentes intelectuais do período pós-guerra, tendo influenciado a historiografia japonesa de inúmeras formas. Ele dedicou muito de seus esforços acadêmicos à tarefa de explicar o fascismo japonês e lançar bases teóricas para o processo de democratização. Maruyama foi pesadamente influenciado pelo trabalho de Hegel, Marx e Weber; logo, certa versão do conceito de um “estágio de desenvolvimento oriental” estava entranhada em seu pensamento. Mas ao passo que criticou a sociedade japonesa por insuficiências, as quais em tal tradição de pensamento passaram a ser associada com o “Oriente,” Maruyama ao mesmo tempo dissociou o Japão de tal “Oriente.” Em um texto paradigmático reimpresso diversas vezes nas décadas do pós-guerra, Maruyama posicionou o Japão com relação à história chinesa de tal forma que demonstrava o *gap* de modernização entre os dois países. Citando Hegel, Maruyama identificou a China como a “infância da história” e reduziu o passado chinês à imobilidade e à estagnação: “É um império de duração: não pode transformar-se desde seu interior”. Maruyama aprovava com entusiasmo o veredito de Hegel em negar à China qualquer historicidade.

<sup>29</sup>Edward W. Said, O Orientalismo reconsiderado, em Edward Said, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios* (São Paulo, 2003 [1986]).

<sup>30</sup>Stefan Tanaka, *Japan's Orient: Rendering Pasts into History* (Berkeley and London, 1993).

Com seu tino característico, a interpretação de Hegel atinge a raiz da questão: a história chinesa permaneceu ‘a-histórica’, apesar das frequentes mudanças dinásticas, não por causa de uma dissensão interna, mas precisamente porque lhe faltava tal dissensão.<sup>31</sup>

Para Maruyama, a sociedade chinesa estivera sob o jugo do confucionismo e faltava-lhe uma corrente intelectual que pudesse desafiar a hegemonia desde dentro. “Um sistema de pensamento capaz de competir com sucesso com o confucionismo não pudera se desenvolver”. Na opinião de Maruyama, essa situação foi diferente no Japão, onde contracorrentes intelectuais ao confucionismo do início do século XIX agiram como prenúncios do pensamento moderno. Em comparação à China, o Japão já em tempos pré-modernos atingira a dianteira no processo de modernização. Tal visão não dirimia o caráter retrógrado do Japão em relação à Europa, mas reduzia o projeto de corrida atrás do prejuízo a uma questão de tempo:

Adotei tal abordagem com a crença de que, contanto que o confucionismo fosse a mais poderosa forma de consciência na sociedade feudal, a análise de sua desintegração interna um tanto imprevista, ao invés de sua destruição desde o exterior, demonstraria mais efetivamente que o pensamento japonês no período Tokugawa não “se manteve [meramente] no vazio”; em outras palavras, ilustraria seu caráter desenvolvimentista. Essencialmente, o caráter duplo e inerente no Japão “moderno”, ou seja, o fato de ser retrógrado [...] e, não obstante, não estático [...] determinou a metodologia por mim adotada.<sup>32</sup>

Maruyama reinscreveu o Japão na dicotomia entre “Ocidente” e “Oriente”, que era canônica no imaginário político europeu. Reproduzindo uma oposição binária fundamental para a Filosofia ocidental da História, Maruyama inseria o Japão no “Oriente”, ao passo que fornecia ao país uma posição de sujeito só sua. Tal apropriação da teoria ocidental em uma dupla manobra ambivalente a uma só vez reforçava e deslocava as suposições fundacionais daquele discurso. Pois, conforme enfatizou Maruyama, a modernidade também tinha raízes indígenas no Japão, a relação assimétrica com a Europa não podia ser atribuída ao papel político do Ocidente na política japonesa desde a década de 1850. A modernidade japonesa, em sua visão, não era um produto de importação europeia, mas desenvolvera-se como a efetivação de uma disposição autóctone. Em um gesto característico reminescente da estratégia de “temporalização do espaço,” as intervenções geopolíticas apagaram-se, e seus efeitos reduziram-se à evolução da história do mundo.

Porém, a rearticulação de Maruyama do tema da “estagnação oriental” pode ser compreendida como uma apropriação do discurso ocidental ainda de outra maneira. Como apontou Gayatri Spivak, o saber orientalista sobre o Outro não é somente um assunto de epistemologia, mas também de política. Spivak referia-se originalmente aos resquícios de eurocentrismo na obra de Gilles

<sup>31</sup> Maruyama Masao, *Studies in the intellectual history of Tokugawa Japan* (Tokyo, 1974), p. 4-5.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 179.

Deleuze e Michel Foucault, mas o argumento da autora pode ser estendido para Maruyama também. No rastro de *O 18 de brumário*, de Marx, Spivak enfatiza o caráter duplo de qualquer representação. Representar não só supõe atos de *Darstellung*, mas também de *Vertretung*. “Dois sentidos do termo representação são agrupados: representação como ‘falar por’, como na política, ou representação como ‘re-apresentação’, como na arte ou na filosofia.” Na representação, as ênfases constantemente cambiantes entre uma “procuração [*proxy*] e um retrato [*portrait*]” encontram-se inextricavelmente conectadas. No processo de descrever, qualquer representação do Outro assume autoridade por sobre o Outro e está profundamente implicada nas estruturas geopolíticas de poder.<sup>33</sup>

Tal ambiguidade da representação pode ser observada no tratamento comparativo de Maruyama acerca da modernidade japonesa e chinesa. A prática do “Orientalismo” relegara o Leste Asiático às margens da história do mundo. Mas, comparadas as histórias japonesa e chinesa, Maruyama fizera pesar um dos lados da balança, localizando o Japão em uma posição de superioridade relativa. Comparado ao seu modelo de desenvolvimento cultural de longa data, o Japão exibira uma liderança estratégica no processo de modernização. Tal visão, combinada ao modelo teórico de história linear, sugeria a necessidade de repensar a relação hierárquica. Seria o Japão que, então, parecia estar em uma posição de mentor rumo à distribuição dos frutos da civilização.

O texto de Maruyama foi publicado pela primeira vez em 1940, quando a política japonesa no continente asiático de fato refletia essas relações cambiantes de centro e periferia. Sob o pretexto de uma intervenção benevolente em benefício da modernização chinesa, as tropas japonesas performaram o tipo de assimetria o qual o *topos* do “Oriente” podia também acarretar. Para legitimar a agressão japonesa, a retórica da “esfera de co-prosperidade da Grande Ásia Oriental” apoiava-se na lógica que aparentava de perto àquela da “temporalização do espaço” descrita anteriormente.<sup>34</sup>

A apropriação das oposições fundacionais do discurso “orientalista,” em outras palavras, também acarretou uma incorporação de suas conotações expansionistas. Isso de forma alguma significa sugerir que Maruyama era afim da política de agressão. Pelo contrário, tinham-no em alta estima como representante da esquerda pacifista no Japão do pós-guerra. Seus trabalhos podem ser lidos como elementos da postura engajada do autor contra a política imperialista.<sup>35</sup> Mas para além da questão das intenções pessoais de Maruyama há certa coalizão entre o argumento teórico e as relações geopolíticas de poder. “Esta epistemologia [...] está rebitada de questões do poder euro-americano por sobre o Oriente. [...] O Orientalismo, como parte de tal reordenação epistemológica do mundo, não é um mero instrumento intelectual do imperialismo, ele é ‘imperialismo intelectual’”.<sup>36</sup>

<sup>33</sup>Gayatri Chakravorty Spivak, *Pode o subalterno falar?*, (Belo Horizonte, 2010 [1988]), p. 31-35.

<sup>34</sup> Ver Tetsuo Najita e Harry Harootunian, Japanese Revolt against the West: Political and Cultural Criticism in the Twentieth Century” em *The Cambridge History of Japan*, v. 6: *The twentieth century* (Cambridge, Eng., 1988), p. 711-774.

<sup>35</sup> Ver Rikki Kersten, *Democracy in Postwar Japan: Maruyama Masao and the search for autonomy* (London and New York, 1996), p. 164-198.

<sup>36</sup> Isso é uma paráfrase do conceito de Said feita por Arif Dirlik, Chinese History and the Question of Orientalism, *History and Theory, theme issue*, 35 (1996), p. 96-118, aqui 97. Said

## VI Um discurso derivativo

Inscriver a história japonesa na matriz teórica do desenvolvimento fornecida pela Europa Ocidental não confinou automaticamente o Japão em uma posição de marginalidade invariável. Enquanto se apoiaram em modos de desenvolvimento derivados da história da Europa Ocidental, historiadores japoneses apropriaram-se desse discurso de várias maneiras. Esse processo ambivalente foi percebido pela estratégia explicativa, a qual chamei aqui de “temporalização do espaço”. Essa operação supunha que a maioria das diferenças percebidas entre histórias nacionais se reduzisse a meras variações no tempo histórico. Esse modo de pensar permitiu a historiadores japoneses dissociarem o quadro conceitual da experiência europeia concreta e construir uma história do mundo destituída de qualquer indexação geográfica. A historiografia japonesa produziu uma ordem cronométrica, posicionando o Japão de modo que compactuasse com sua emergência como potência mundial.

Ao mesmo tempo, essa apropriação discursiva tinha limites que não foram transgredidos. Em um nível epistemológico, a prioridade da Europa não foi abalada; na historiografia japonesa permaneceu o que Partha Chatterjee chamou de “discurso derivativo”. Dentro da problemática de dissociar o Japão do “Oriente”, historiadores enfatizaram o caráter não estagnado e inerentemente progressivo da história japonesa (mas não da chinesa). No nível temático, entretanto, eles continuaram sujeitos à “mesma concepção essencialista baseada na distinção entre ‘Oriente’ e ‘Ocidente’, a mesma tipologia criada pelo sujeito transcendental de estudo, e conseqüentemente os mesmos procedimentos de ‘objetificação’ do conhecimento construídos na era pós-Iluminismo”.<sup>37</sup>

Politicamente, o discurso ocidental foi apropriado para posicionar o Japão em relação à Ásia e eventualmente às nações europeias. Epistemologicamente, no entanto, esse mesmo discurso ocidental permaneceu a base para a interpretação. Aplicar as oposições binárias do pensamento histórico europeu à história japonesa serviu a um fim político, mas essa operação não alterou a filosofia de história subjacente. A ideia de desenvolvimento histórico linear, de progresso e retrocesso, era parte de um legado da historiografia europeia do século XIX que os historiadores japoneses dos anos pós-guerra não puderam transcender facilmente.

Os conceitos e as categorias usados para avaliar o passado japonês permaneceram intimamente ligados às premissas da modernidade europeia. Para a estrutura narrativa de suas histórias contadas sobre o passado, os historiadores japoneses apoiaram-se em padrões desenvolvimentistas derivados da história da Europa. O caminho universal da história – o que historiadores japoneses definiram como “história do mundo” (*sekaishi*) – foi prefigurado pelo

---

afirmara acerca do século XIX: “Para qualquer europeu durante o século XIX [...] o Orientalismo era um sistema de verdade como esse, verdades no sentido que Nietzsche dava à palavra. É, portanto, correto dizer que cada europeu, no que podia dizer sobre o oriente, era conseqüentemente um racista, um imperialista, e quase totalmente etnocêntrico. [...] Como aparato cultural, o Orientalismo é todo agressão, atividade, julgamento, vontade de verdade e conhecimento” (Said, *Orientalismo*, 1996 [1978]), p. 210-211.

<sup>37</sup> Partha Chatterjee, *Nationalist thought and the colonial world: a derivative discourse* (Minneapolis, 1993), p. 38.

curso europeu do desenvolvimento. Para realocar as rupturas históricas, os pontos de virada, os limiares que anunciavam uma nova era (ou progresso), a historiografia japonesa partiu do modelo europeu de periodização. Os conceitos e a terminologia do entendimento histórico – desenvolvimento, progresso, modernidade – devem também sua substância explicativa à experiência europeia.

O mecanismo de explicação histórica fornece um pano de fundo para qualquer tentativa de comparar historiografias em contextos culturais diferentes. A genealogia europeia de uma disciplina que no decurso da expansão europeia foi transferida ao mundo não europeu continuou a influenciar a estrutura de interpretação. O estabelecimento da historiografia acadêmica moderna, portanto, deve mais à incorporação de critérios europeus que a um progresso interno rumo à racionalidade e à objetividade em lidar com o passado. A historiografia foi tanto um produto de intervenções desde fora quanto foi de desenvolvimentos desde dentro. Historiografias não ocidentais “modernas”, por sua vez, detratam essa origem histórica mesmo quando alegam aderir a normas universais e narrar a “história universal”.

Os exemplos citados demonstraram como a historiografia japonesa pós-1945 se apoiou em uma interpretação específica da história europeia para fazer apreensível os eventos do passado japonês. Como forma de argumento, a “temporalização do espaço” foi empregada para transformar a experiência europeia em estágios neutros, “puros e clássicos” em um caminho universal de modernização. A racionalização da historiografia, em outras palavras, supôs a apoteose da “Europa” como norma, revestida nos termos abstratos do método histórico. Esses são os tipos de traços – e este artigo tentou iluminar alguns deles no contexto da historiografia japonesa do pós-guerra – que ainda formam historiografias não ocidentais. Estudos de historiografia comparativa intercultural deveriam considerar esses traços pontos de partida para uma análise frutífera em escala transnacional.

Recebido em 21 de julho de 2017  
Aprovado em 03 de novembro de 2017